

SISTEMA DE COTAS ÉTNICO-RACIAIS EM INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE ENSINO SUPERIOR

Diego Roger Borba Amaral¹
Kamila Resende Moraes²

37

Resumo: A educação é um direito social garantido a todos os brasileiros. O ensino superior é um desafio a ser enfrentado pelos gestores públicos para dar amplo acesso à educação, sendo o Brasil um país marcado por grande desigualdade social local, regional e nacional, e por diferentes etnias e classes econômicas. O sistema de bolsas étnico-raciais foi criado com o objetivo de diminuir as disparidades econômicas, sociais e educacionais entre as pessoas de diferentes raças, ofertando vagas exclusivas para negros e pardos em universidades particulares. A presente pesquisa buscou analisar a opinião de alunos e professores da Faculdade FINOM de Patos de Minas acerca do assunto. A metodologia utilizada foi a aplicação de questionário eletrônico e a análise dos dados. Os resultados foram que a maioria dos entrevistados concordam com a reserva de bolsas em instituições privadas para pessoas com baixa renda, e são contrários à reserva exclusiva para negros e pardos. Percebe-se que esse tipo de mecanismo foi criado para diminuir desigualdades, porém a maioria dos entrevistados não concordam com o modo em que são distribuídas as bolsas.

Palavras-chave: Bolsas. Cotas. Educação. Negros. Pardos.

Abstract: Education is a social right guaranteed to all Brazilians. Higher education is a challenge to be faced by public managers to provide broad access to education, Brazil being a country marked by great local, regional and national social inequality, and by different ethnic groups and economic classes. The system of ethnic-racial scholarships was created with the objective of reducing the economic, social and educational disparities among people of different races, offering exclusive vacancies for blacks and pardos in private universities. The present research sought to analyze the opinion of students and professors of the Faculty FINOM of Patos de Minas on the subject. The methodology used was the application of an electronic questionnaire and data analysis. The results were that the majority of respondents agreed to reserve scholarships in private institutions for people with low income, and are against the exclusive reserve for blacks and browns. It is perceived that this type of mechanism was created to reduce inequalities, but the majority of respondents do not agree with the way the scholarships are distributed.

Keywords: Scholarships. Quotas. Education. Black. Pardos.

¹ Engenheiro Civil pela Universidade de Uberaba. Mestre em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Uberlândia. Professor e Coordenador do Curso de Engenharia Civil da Faculdade FINOM de Patos de Minas. E-mail: diegoamaral.eng@hotmail.com.

² Licenciada em Química pela Universidade de Uberaba e Engenheira Química pela Universidade de Uberaba. Mestranda em Ciência e Tecnologia em Alimentos pelo Instituto Federal do Triângulo Mineiro. E-mail: kamilaresende1994@hotmail.com.

Recebido em 20/04/2018
Aprovado em 10/05/2019

1. INTRODUÇÃO

A educação é dever do Estado e um direito fundamental aos brasileiros. Trata-se de um processo de desenvolvimento individual necessário à condição humana. Deve ser oferecido por meio de políticas públicas para garantir a qualidade no ensino a todos os cidadãos.

Nota-se a importância da educação inclusiva e da inserção da população menos favorecida nas escolas para garantir, posteriormente, condições e direitos iguais em um competitivo mercado de trabalho.

O ensino superior é hoje uma realidade em todas as regiões do país e cada vez mais acessível à todas as classes sociais, etnias, etc., porém, muitos estudantes egressos do ensino médio desistem do sonho de cursar uma faculdade por dificuldades financeiras ou por não conseguir ser aprovado em vestibulares de universidades públicas.

Diante desse fato, o ProUni foi criado em 2004, com o objetivo de oferecer o bolsas integrais e parciais de ensino superior em universidades privadas a estudantes com condições financeiras restritas, sendo a classificação baseada em notas obtidas no último ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Foi criado também um sistema de cotas étnico-raciais, garantindo um percentual exclusivo das bolsas à negros e pardos, o que tem gerado opiniões divergentes sobre tal decisão.

O presente trabalho propôs verificar a opinião de alunos e professores da Faculdade FINOM de Patos de Minas sobre o sistema de cotas étnico-raciais por meio do ProUni. Sendo assim, a proposta deste é analisar se as bolsas oferecidas, exclusivamente, a negros e pardos em universidades particulares são importantes para reduzir diferenças econômicas, sociais e educacionais.

O objetivo geral desta pesquisa foi avaliar a eficiência do sistema de cotas étnico-raciais como mecanismo para redução das diferenças econômicas, sociais e educacionais. Os objetivos específicos foram: estudar a legislação pertinente ao percentual destinado aos negros e pardos para inserção no ensino superior em universidades privadas; analisar, por meio de questionário, a opinião de alunos e professores da Faculdade FINOM de Patos de Minas a

respeito do sistema de cotas étnico-raciais como ingresso em universidades particulares; discutir as disparidades econômicas e sociais em relação ao sistema educacional brasileiro.

Diante de um tema polêmico, o presente estudo tornou-se relevante por propor verificar a opinião de alunos e professores do meio acadêmico sobre o sistema utilizado pelo governo para o acesso de negros e pardos ao ensino superior.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Constituição Federal Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988) estabelece, em seu artigo 206, que o ensino seja oferecido respeitando-se o princípio de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Desde então, políticas de ações afirmativas e de inclusão social vem sendo criadas para que se cumpra a Constituição, dando possibilidade iguais a todos.

As políticas de ações afirmativas e de inclusão social buscam atingir o princípio da igualdade, considerando o contexto social constituído por grupos minoritários, com a finalidade de promover o aumento de oportunidades para os grupos menos favorecidos (BAYMA, 2012).

Há uma grande diferença de possibilidade de ingresso ao ensino superior entre os jovens de baixa renda, que estudaram em um ensino básico público, e os alunos que tiveram a oportunidade de estudar em uma escola particular e com ensino de qualidade. Diante o fato, muitos consideram justas as vagas exclusivas para pessoas de classe social baixa.

Já as políticas para negros são alvo de discussão. Muitas das vezes são, severamente, criticadas por pessoas de pensamentos contrários, como: nem todos os negros possuem baixa condição financeira; há muitos brancos que são menos favorecidos economicamente; em um país miscigenado, seria impossível identificar quais seriam os beneficiários de tais políticas, pois os negros de hoje não foram vítimas de escravidão.

Além disso, a “raça” é uma questão que gera polêmica. Francis e Tannuri-Pianto (s.d.) verificaram que, após a adoção de cotas raciais, houve a construção de uma identidade racial entre os estudantes de universidades, pois dependendo da miscigenação, alguns se consideram como negros, outros como pardos, etc. Essa nova concepção pode ajudar a interpretar melhor, por meio de estudos futuros, os coeficientes de regressão em variáveis de raça, mensurar as

desigualdades raciais e melhor avaliar os efeitos das políticas públicas.

Bailey e Peria (2010) também afirmam que a adesão das universidades brasileiras ao sistema de cotas no ensino superior trouxe uma mudança de paradigma quanto à “raça”. Segundo eles, surgiram grupos de professores que são adeptos à ação afirmativa baseada na raça, enquanto outros se manifestam como opositores, gerando uma “guerra de cultura”, no tocante ao delineamento das ideologias históricas contrastantes de racionalismo e anti-racionalismo.

2.1 – Ações afirmativas no Brasil

A desavença de pensamentos sobre as ações afirmativas no Brasil é recente. E veio à tona quando foram criadas com a finalidade de separar vagas exclusivas para negros e pardos ao ensino superior gratuito e com bolsas parciais e integrais no ensino superior privado.

Define-se ação afirmativa como sendo um conjunto de políticas públicas criado para proteger, em uma determinada sociedade, grupos e minorias que sofreram discriminação no passado (OLIVEN, 2007).

É notável que a menor participação de um determinado grupo em posição ou em instituição de maior prestígio é reflexo de uma sociedade distintiva. A criação de direitos a essas minorias busca o equilíbrio em uma comunidade.

Pode-se considerar a ação afirmativa como uma discriminação positiva, à medida que tange a abertura de possibilidades a todos de maneira igualitária, permitindo a construção de uma sociedade mais justa.

Para não se cair em subjetivismo, o que deve ser levado em conta pelo legislador e pelo aplicador é se a ação afirmativa produz igualdade, entendida como maior inclusão, ou desigualdade, entendida como maior exclusão. O sistema de cotas nas universidades, por exemplo, não exclui formalmente o acesso de outros participantes ao ensino superior. Mas como as vagas universitárias não podem ser exponencialmente multiplicadas de modo a garantir um acesso faticamente irrestrito a todos, é preciso que, materialmente, a distribuição das vagas obedeça a um critério que permita, minimamente, a inclusão de outras raças, como a negra, ainda que não impeça, maximamente, a participação da raça politicamente dominante (GALUPPO; BASILE, 2006, p. 105).

Os autores ainda inferem que tratar os negros de forma distinta, por meio dos direitos fundamentais, cria condições de inclusão social, ou seja, é uma forma de tratá-los de modo juridicamente adequado.

As ações afirmativas vêm sendo adotadas em concursos públicos, mas, principalmente, no ingresso ao ensino superior, por meio do sistema de cotas étnico-raciais e têm gerado muita polêmica na opinião pública, no meio acadêmico e nos poderes legislativo e judiciário (HERINGER; FERREIRA, 2011-2012).

Percebe-se a importância das ações afirmativas para o desenvolvimento de políticas públicas que favoreçam determinados grupos ou minorias, reduzindo disparidades econômicas, educacionais e sociais. No entanto, nota-se também que muitos não são de acordo com tais ações.

2.2 – Programa Universidade para Todos

O Programa Universidade para Todos – ProUni foi criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005. Ele objetiva a oferta de bolsas de estudo, parciais (50%) e integrais (100%), em universidades privadas à alunos com reduzida condição financeira de arcar com os custos de uma faculdade. Às instituições de ensino superior é proposto isenção de tributos por aderirem ao programa instituído.

Podem participar do ProUni todos os alunos que possuem renda familiar inferior à três salários mínimos vigentes por pessoa (para bolsas parciais) e até 1,5 salário mínimo per capita (para bolsas integrais). Além disso, tem que ter estudado o Ensino Médio em escola pública ou em escola particular, desde que tenha sido bolsista.

O programa também abrange bolsas exclusivas para indígenas e portadores de necessidades especiais. “O programa estabelece, obrigatoriamente, que parte das bolsas deverá ser direcionada a ações afirmativas, aos portadores de deficiência e aos auto-declarados negros e indígenas” (GERALDO, 2010, p. 94).

Este programa, além do ingresso no ensino superior para quem se enquadrar em tais critérios, também tem a intenção de, a médio prazo, superar outras barreiras sociais, possibilitando a inserção no mercado de trabalho dessa classe (GERALDO, 2010). A autora, em sua dissertação de mestrado, entrevistou bolsistas sociais do ProUni e egressos da política

de cotas. No primeiro caso, verificou-se que pouco mudou ao entrar e sair da universidade: muitos continuavam desempregados, ou no mesmo emprego, um ou outro que conseguiu uma nova oportunidade por meio do curso superior; isso indica que a faculdade não fez diferença significativa no ingresso no mercado de trabalho para esse grupo entrevistado. Já os bolsistas de cotas étnico-raciais obtiveram grandes avanços: o ingresso no ensino superior fez grande diferença na inserção no mercado de trabalho, melhorando significativamente de cargo, crescimento pessoal e profissional.

Além do ProUni, também criou-se o Fundo de Financiamento Estudantil – Fies, para que alunos, que não tem condições de arcar com os custos de sua formação, possam financiar seus estudos, o qual pode ser utilizado também por bolsistas parciais, incentivando a permanência dos alunos em seus respectivos cursos (GERALDO, 2010).

A seleção dos programas é através dos melhores resultados acadêmicos no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, onde podem concorrer alunos egressos de escolas de ensino médio públicas ou particulares desde que tenham sido bolsistas.

2.3 – Cotas Raciais em Universidades Públicas

Além de bolsas étnico-raciais em universidades particulares por meio do ProUni, foram propostas vagas exclusivas para tais em universidades públicas também. Segundo Bayma (2012), após anos de discussões e contestações, o Supremo Tribunal Federal acatou a constitucionalidade de cotas raciais em 2012.

Foi considerado que, apesar desse tipo de ação afirmativa não ser a melhor opção, já se torna um passo necessário para a construção de uma sociedade mais democrática, visto que parece ser impossível criar condições isonômicas.

Sotero (2009) analisou a trajetória de diferentes estudantes negros em Salvador. Os mesmos optaram por distintas formas de obtenção do diploma de nível superior, seja por meio do ProUni ou pelo ingresso em universidades públicas. Ela afirma que, em meio à grande oferta do benefício das bolsas étnico-raciais, houve um crescimento da hierarquização no ensino superior. E que as ações afirmativas foram fundamentais na caracterização deste contexto.

Diante o fato de haver variação significativa na formação de egressos de escolas

distintas, definiu-se, portanto, que cada universidade definiria, junto à legislação e à realidade locais, o percentual de vagas destinadas à classe social e à negros e pardos.

Assim, a universidade torna-se um ambiente onde há a inserção de pluralismo de ideias e da formação de líderes representantes de diferentes grupos sociais.

3 METODOLOGIA

43

Os métodos utilizados nesse trabalho foram: pesquisa bibliográfica pertinente ao tema de estudo e um questionário eletrônico aplicado a alunos e professores da Faculdade FINOM de Patos de Minas para se analisar a opinião dos mesmos sobre a forma de ingresso de negros e pardos às universidades particulares. Optou-se por esses entrevistados, por serem pessoas envolvidas com a realidade no meio acadêmico, no ensino superior.

O questionário, por ter sido aplicado por meio de convites enviados aos alunos e professores, mantém o sigilo das informações pessoais, onde não é possível identificar respostas de nenhum aluno ou professor específico. Dessa forma, não se sabe quantos e nem quais professores e alunos foram entrevistados. Além disso, era permitido deixar alguma questão em branco, quando não soubesse ou não quisesse opinar.

Foi verificado se o sistema de cotas reduz as diferenças econômicas e sociais em relação ao ensino superior, ou se o sistema de cotas não reduz as diferenças econômicas e, assim, nada influencia na educação de base deficitária.

Ao total, 53 pessoas, entre alunos e professores da Faculdade FINOM de Patos de Minas, responderam ao que foi proposto. As perguntas aplicadas, juntamente com as opções apresentadas, estão expostas ao final desse artigo, no Apêndice.

Ao final, foram apresentados os resultados obtidos com a pesquisa e o questionário, detalhando a opinião dos alunos e dos professores da Instituição quanto ao mecanismo de oferta de bolsas étnico-raciais em faculdades privadas.

4 RESULTADOS

Ao serem interrogados (Pergunta 1) sobre a oferta de bolsas exclusivas à negros e pardos em instituições de ensino privadas como forma de gestão pública para dar amplo

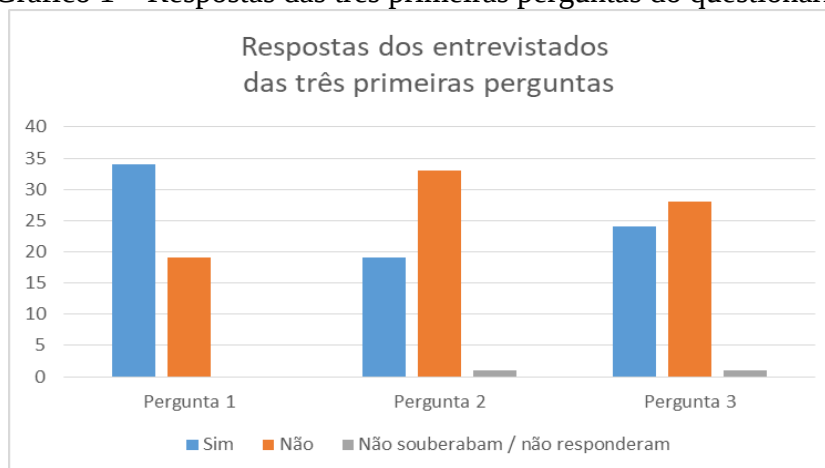
acesso à educação, todos responderam, sendo que 34 entrevistados (64,15%) escolheram a opção “sim”, enquanto 19 pessoas (35,85%) acreditam que essa exclusividade não é uma forma de gestão governamental para permitir um acesso maior à educação superior.

Quando questionados (Pergunta 2) sobre esse mecanismo de direcionar bolsas reservadas à negros e pardos em faculdades particulares é eficiente para reduzir diferenças econômicas, sociais e educacionais, apenas um entrevistado (1,89%) não soube ou não respondeu. Das 53 pessoas que preencheram o questionário, 19 (correspondente à 35,85%) afirmaram que esse mecanismo é eficiente, enquanto 33 delas (62,26%) acreditam que essa não é a melhor forma de erradicar tais disparidades.

A Pergunta 3, relativa à opinião dos entrevistados sobre tais bolsas exclusivas permitem reduzir desigualdades a grupos discriminados historicamente, apenas um (1,89%) não soube ou não respondeu ao questionamento. Assim, 24 pessoas (45,28%) acreditam que a medida permite a minimização das desigualdades a esse grupo, enquanto 28 (52,83%) opinaram que isso não diminui desigualdades das vítimas de exclusão social.

O Gráfico 1 apresenta as respostas dessas três perguntadas direcionadas aos entrevistados.

Gráfico 1 – Respostas das três primeiras perguntas do questionário.



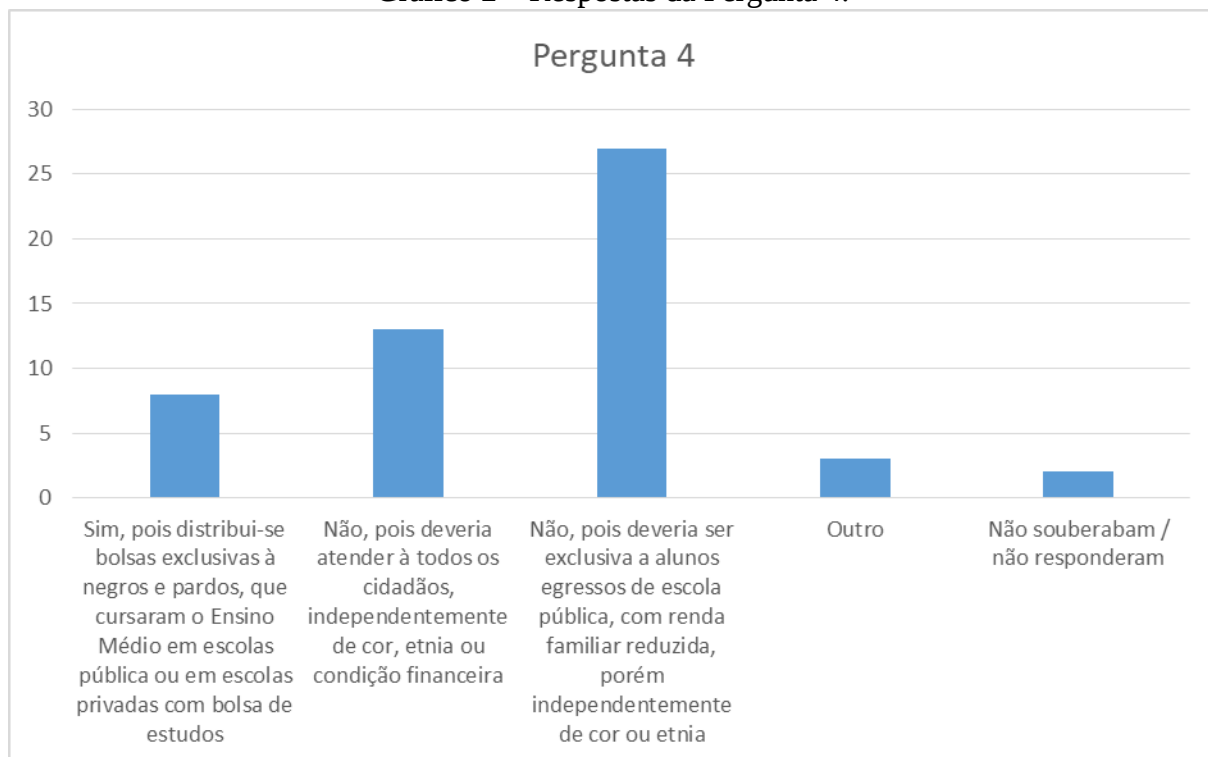
Fonte: Autores (2018).

A quarta pergunta à eles direcionada foi se eles concordavam com a forma em que eram distribuídas as bolsas étnico-raciais em universidades privadas. Dois (3,77%) não souberam ou não responderam. Oito (15,09%) afirmaram que concordam, pois as bolsas são

distribuídas à negros e pardos que cursaram o Ensino Médio em escolas públicas ou em particulares desde que bolsistas também. Já 13 deles (24,53%) acreditam que não, que deveria haver isonomia, ou seja, todos poderiam concorrer à essas vagas, independentemente de cor, etnia ou condição financeira. Outros 27 (50,94%) também não concordam, sendo que afirmam que deveriam ser direcionadas à pessoas com baixo poder aquisitivo, egressos de escolas públicas, sem levar em consideração a cor ou a etnia. Três (5,66%) marcaram a opção “outro”, que permitia expor a sua opinião, sendo que responderam: não conhecer a fundo o programa; deveria ser implantado juntamente com ações que visem a melhoria do ensino como um todo; deve-se dar foco em educação de qualidade aos mais necessitados, pois há brancos pobres também, sendo impossível pagar a dívida histórica por meio desse tipo de ação afirmativa.

Os resultados relativos à Pergunta 4 são expostos no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Respostas da Pergunta 4.



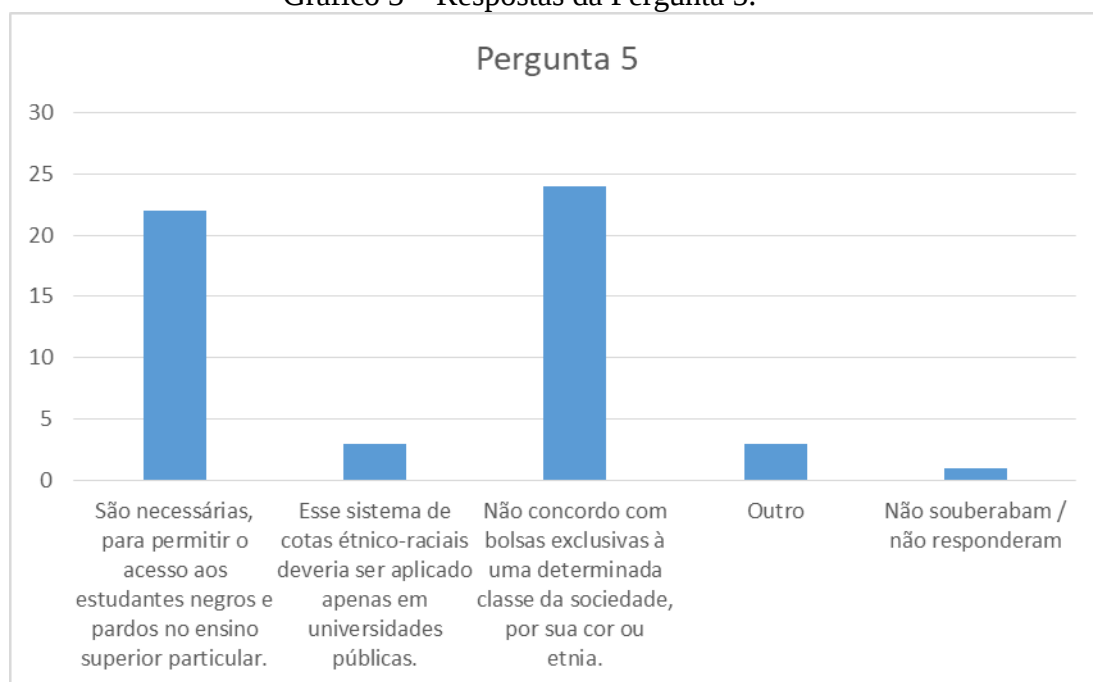
Fonte: Autores (2018).

A quinta pergunta direcionada aos entrevistados buscava saber a opinião dos mesmos sobre o sistema de bolsas étnico-raciais em instituições de ensino superior particulares.

Apenas um (1,89%) não soube ou não respondeu. Já 22 pessoas (41,51%) disseram que essas bolsas são necessárias, pois permitem o acesso de negros e pardos ao ensino superior particular. Apenas três (5,66%) acreditam que esse sistema de vagas reservadas deveria ser aplicado apenas em universidades públicas. Outros 24 entrevistados (45,28%) afirmaram que não concordam com bolsas exclusivas à uma determinada classe da sociedade, por sua etnia ou cor. Três deles (5,66%) marcaram a opção “outro”, e os detalhes de suas escolas foram: as bolsas deveriam ser para alunos com pouca renda comprovada, independentemente de cor ou raça; deveria ser apenas para pessoas com baixa renda, obtendo uma amplitude maior do programa; trata-se de uma injustiça que compensa as outras injustiças cometidas.

Os resultados da Pergunta 5 são apresentados no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Respostas da Pergunta 5.



Fonte: Autores (2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise dos resultados, percebe-se que há opiniões divergentes acerca do assunto. A maioria dos entrevistados (alunos e professores da Faculdade FINOM de Patos de Minas) acredita que o sistema de cotas étnico-raciais é uma ferramenta de gestão

governamental para permitir o amplo acesso à educação, porém ele não reduz disparidades sociais, nem minimiza desigualdades a grupos que foram discriminados ao longo da história.

Também consideram que essa política de bolsas deveria favorecer apenas alunos com baixa renda familiar, independentemente de cor ou etnia, pois há muitos brancos que não possuem condição financeira para pagar seus estudos no ensino superior privado, e assim estariam sendo excluídos dessa reserva exclusiva de vagas. Assim, a maioria dos entrevistados não concordam com esse mecanismo de ofertar bolsas exclusivas à uma determinada classe da sociedade, por sua cor ou etnia.

Vale pontuar que, na Faculdade FINOM de Patos de Minas, há poucos negros entre discentes e docentes, e que como o questionário eletrônico foi feito de forma sigilosa, não se sabe quantos nem quais alunos e professores opinaram.

Sendo assim, o sistema de cotas exclusivas à negros e pardos em instituições de ensino superior particulares foi criado para erradicar desigualdades históricas, porém para muitos, essa é uma forma injusta de ofertas de vagas para compensar uma injustiça do passado. Enquanto isso, a grande maioria acredita que reservar bolsas à pessoas com menor poder aquisitivo é válido, desde que haja comprovação verídica de renda familiar.

REFERÊNCIAS

BAILEY, Stanley R.; PERIA, Michelle. Racial Quotas and the Culture War in Brazilian Academia. **Wiley Online Libry**. v. 4, n. 8, ago. 2010. p. 592-604.

BAYMA, Fátima. Reflexões sobre a Constitucionalidade das Cotas Raciais em Universidades Públicas no Brasil: referências internacionais e os desafios pós-julgamento das cotas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 20, n. 75, abr.-jun. 2012, p. 325-345 Fundação Cesgranrio. Rio de Janeiro, Brasil.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

FRANCIS, Andrew M.; TANNURI-PIANTO, Maria. Endogenous Race in Brazil: Affirmative Action and the Construction of Racial Identity among Young Adults. **The Universit of Chicago Press Journals**. v. 4. 35 p. Chicago.

GALUPPO, Marcelo Campos; BASILE, Rafael Faria. **O princípio jurídico da igualdade e a ação afirmativa étnico-racial no Estado Democrático de Direito**: o problema das cotas. n. 172. out.-dez.

2006, p. 99-108. Brasília.

GERALDO, Aparecida das Graças. **Os egressos do PROUNI e cotas no mercado de trabalho: uma inclusão possível?** 2010. 216 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010.

HERINGER, Rosana; FERREIRA, Renato. Análise das principais políticas de inclusão de estudantes negros no ensino superior no Brasil no período 2001-2008. **Observatório da Jurisdição Constitucional**. n. 5. 2011-2012. Idp.

OLIVEN, Arabela Campos. Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. **Educação**, Porto Alegre, v. 1, n. 61, p. 29-51, jan.-abr. 2007.

SOTERO, Edilza Correia. **Negros no ensino superior: trajetória e expectativa de estudantes de Administração beneficiados por políticas de ação afirmativa (ProUni e cotas) em Salvador**. 2009. 139 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.